

10.10.2017 – 12h15m

## RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

**Entidade:** Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte  
Identificados na [página da Comissão](#).

**Recebidos por:** Álvaro Batista (PSD, que presidiu à audiência), Palmira Maciel (PS), Luís Monteiro (BE) e Ana Mesquita (PCP).

**Assunto:** Expor a problemática da situação profissional dos Encarregados de Trabalho do Instituto Politécnico do Porto.

**Exposição:** O Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD, que presidiu à audiência) cumprimentou a delegação presente e informou dos tempos fixados para a audiência.

Tomou da palavra Lurdes Ribeiro para agradecer aos Grupos Parlamentares por os receberem, identificando-se como dirigente sindical e referindo que a exposição iria ser feita pelo colega Gustavo Pinto.

Este identificou-se como trabalhador e porta-voz do Grupo presente, iniciando o discurso com uma contextualização da situação dos encarregados de trabalho, reportando-se nomeadamente ao ano de 1999, como ano de início de luta pela existência de uma carreira e um vínculo junto da tutela. Sublinhou, depois, que a resposta que veio em 2007 foi insuficiente. Com a reestruturação de carreiras ocorrida no ano de 2009, ficaram convencidos de que iriam passar para a carreira de técnico superior. Todavia, esta reestruturação veio agravar a situação dos encarregados de trabalho, pois que os contratados até ao ano de 2009 passaram para o início da carreira, enquanto os contratados a partir de 2009 ficaram colocados no 2.º escalão remuneratório, e logo numa posição melhor que os técnicos do Grupo aqui presente estão atualmente. O que significa que a pessoa que inicie hoje uma carreira começa ao lado destes Técnicos, mas com um nível salarial superior.

Para além desta questão salarial, salientou que perderam outros direitos, como seja o direito de voto, em que são precisos 5 técnicos para terem direito a 1 voto.

Expôs, ainda, ter consciência de que são poucos mais de 100 a nível nacional nestas circunstâncias, pedindo, contudo, para olharem para o seu problema.

Tomás Albergaria pediu a palavra para referir que quando ingressaram o mercado de trabalho, tinham como expectativa transitar para a carreira de docente, tendo seguido um percurso com vista a alimentar esta expectativa. Todavia, permanecem numa posição híbrida, desenvolvendo

funções de docência e de técnicos, sendo as posições remuneratórias muito diferentes nos dois casos.

Terminou, solicitando aos Senhores Deputados que contribuam para o restabelecimento da justiça, dando a possibilidade de serem colocados no segundo escalão, devendo ser consideradas, ainda, as habilitações profissionais destes, para esse efeito.

A Senhora Deputada Palmira Maciel (PS) agradeceu a presença dos representantes do sindicato e do Grupo de técnicos, salientando a importância da mesma. Expôs, ainda, que o Grupo Parlamentar do PS estava atento a esta situação.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) cumprimentou o Grupo presente e referiu que o seu Grupo Parlamentar teve já a possibilidade de reunir duas vezes com os mesmos, com vista a tentar obter uma solução para o caso concreto destes técnicos.

Considera que a situação em que se encontram estes técnicos deriva uma série de «pequenas grandes» injustiças, nomeadamente, pelo facto de não se encontrar fixado um conteúdo funcional para as funções por estes exercidos. Esta injustiça surgiu agravada em virtude da junção das carreiras em 2009, sublinhando que não se pode admitir que não tenha sido ainda encontrada uma forma de resolver o problema.

Em 2008/2009 não era obrigatório que o técnico superior tivesse mestrado ou doutoramento, mas a partir do momento em que foi precisa essa qualificação, por decisão do Governo, então sentido faria que fosse possível reposicionar estes técnicos, atendendo quer aos anos de serviço, quer à habilitação profissional.

Por fim, salientou ser este o momento para atuar, pois que se encontra a ser discutido o descongelamento da progressão na carreira, o que significa que se este problema não for agora resolvido, então a injustiça que já existe será agravada.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) saudou os presentes e louvou a persistência dos mesmos, referindo que o seu Grupo Parlamentar está empenhado na resolução deste problema. Referiu que estamos a caminhar num rumo de recuperação de direitos e rendimentos e que este caso concreto deve ser resolvido, independentemente do número de pessoas que estejam nesta situação.

Salientou que o seu Grupo Parlamentar está disposto a recorrer aos instrumentos parlamentares disponíveis, desde logo fazendo uma pergunta ao Governo, com vista a encontrar uma solução para o problema, solução esta que não deverá potenciar a criação de mais injustiças.

Terminou, questionando se o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior já respondeu ao pedido de reunião do Sindicato sobre este assunto feito no ano passado.

O Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD) pediu a palavra para, em nome do seu Grupo Parlamentar e na qualidade de seu representante, cumprimentar os presentes e agradecer pela sua presença.

Solicitou, de seguida, que esclarecessem quais as funções concretas que desempenham, e se estas são similares às de docentes ou às de técnicos, e quais as diferenças que podem ser apontadas.

Devolvida a palavra a Lurdes Ribeiro para resposta, foi pela mesmo referido que lamentavelmente o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ainda não se pronunciou sobre a matéria, considerando ser uma falta de respeito para com a estrutura sindical, bem como para os técnicos.

Andresa Baptista da Silva expôs que desempenham funções de técnicos e funções de docência, sendo de facto uma carreira híbrida, mesmo depois de terem sido integrados na carreira dos técnicos superiores. Com efeito, referiu que são técnicos de laboratórios, e nessa mesma qualidade dão apoio às aulas. Contudo, muitas das vezes em que se encontram a dar esse apoio, as turmas são divididas em dois, assumindo, assim, funções equivalentes às de docente.

Tomás Albergaria referiu que foi a não existência de um conteúdo funcional que potenciou que estes técnicos desenvolvessem funções de técnicos e funções de docência, decorrendo esta dualidade da origem da carreira de encarregado de trabalho, em que era suposto desempenharem os dois papéis. Sublinhou, ainda, que a realidade é que e os alunos olham para estes técnicos como uma extensão dos docente, e que o antigo encarregado de educação está, no fundo, habilitado a ser «pau para toda a obra», estando disponíveis para realizar qualquer tipo de tarefa, ainda que administrativas.

Terminou, sublinhando que as instituições que os empregam estão disponíveis para resolver este problema, mesmo que a questão se prenda com o orçamento destas.

Foi disponibilizado na audiência um documento pelo Sindicato, o qual se encontra disponível para consulta na [página da Comissão](#).

A audiência foi objeto de gravação, disponível na [página da Comissão](#), constituindo parte integrante desta ata, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 10 de outubro de 2017

A assessora  
*Ágata Leite*